RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO 3º TRIMESTRE DE 2022

O Regime Próprio de Previdência Social-RPPS dos servidores municipais de Dom Pedrito instituído pela Lei Municipal nº 942/2001 e reestruturado pela Lei nº 2.387, de 15/10/2018, em face ao cumprimento do disposto nos incisos III e IV do Art. 3º da Portaria nº 519, de 24/08/2011, do Ministério da Previdência Social, bem como para fins gerenciais, emite o presente relatório de acompanhamento e avaliação dos recursos do RPPS, referente ao 3º trimestre de 2022.

1. Avaliação Geral do RPPS

O RPPS possui atualmente (competência de setembro/2022) 1.833 pessoas vinculadas ao Regime, sendo 1.156 servidores ativos, 549 inativos e 117 pensionistas do Poder Executivo e 11 servidores ativos do Poder Legislativo. Conforme Lei Municipal 2387, de 15/10/2018, o Fundo é custeado por contribuições previdenciárias:

Do Município

- Contribuição normal de 22%, incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 17, I a V, da Lei acima citada;

- Contribuição para recuperação do passivo atuarial e financeiro de 31%, incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 17, I e V, da Lei 2387.

Do Servidor Ativo

- Contribuição de 14%, sobre a base de contribuição cujo valor seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para benefícios do RGPS; e

A alíquotas supracitadas tem como base de cálculo o previsto no art. 18, I e II, da mesma Lei já citada.

Do Servidor Inativo

- Contribuição de 14%, incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 19, I e II, da Lei 2387.

Do Pensionista

- Contribuição de 14%, incidente sobre a base de cálculo prevista no art. 20, I e II, da mesma Lei.

Além dessas contribuições, o Fundo ainda possui ingressos provenientes da amortização de empréstimo contraído pelo município com parcelamento mensal no total de 240 vezes (sendo que até o momento foram pagas 213 parcelas), rentabilidade de suas aplicações financeiras e da compensação previdenciária com o RGPS (TABELA 1). Tais recursos são aplicados no custeio dos benefícios de inativos e pensionistas (TABELA 2). As despesas administrativas são custeadas pelos valores aplicados na conta taxa de administração, conforme Lei Municipal nº 2387/2018.

TABELA 1 – Total de Ingresso de Valores no 3º Trimestre de 2022.

Ingresso de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL
Contribuições	2.102.375,18	2.084.642,87	2.082.858,27	**6.269.876,32**
Aportes	178.395,21	178.216,60	178.216,60	**534.828,41**
Parcelamentos	58.638,82	58.932,01	59.226,67	**176.797,50**
Compensação Previdenciária	31.476,76	31.568,64	29.210,16	**92.255,56**
Receitas Aplicações Financeiras	1.261.713,46	1.371.450,73	918.484,02	**3.551.648,21**
TOTAL	**3.632.599,43**	**3.724.810,85**	**3.267.995,72**	**10.625.406,00**

Na tabela acima pode-se observar que o 3º Trimestre de 2022 apresentou um desempenho melhor, se comparado com o anterior, destaque para os retornos dos investimentos, que durante os três meses, apresentaram resultados positivos.

TABELA 2 – Total da Utilização dos Recursos no 3º Trimestre de 2022.

Utilização dos Recursos	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL
Aposentadoria	1.509.936,42	1.503.430,28	1.509.350,18	**4.522.716,88**
Pensões por morte	204.727,76	198.658,56	222.313,03	**625.699,35**
Benefícios de resp. do Tesouro	178.395,21	178.216,60	178.216,60	**534.828,41**
Compensação rep. ao Tesouro	2.666,60	2.358,48	-	**5.025,08**
Despesas com investimentos	3.653,41	8.164,72	4.437,64	**16.255,77**
Despesas Administrativas	12.007,66	11.439,95	12.407,95	**35.855,56**
TOTAL	**1.911.387,06**	**1.902.268,59**	**1.926.725,40**	**5.740.381,05**

No 3º trimestre, o RPPS teve uma despesa total de **R$ 5.740.381,05,** e uma receita de **R$ 10.625.406,00,** ficando um saldo positivo de **R$ 4.885.024,95.**

2. Avaliação dos Investimentos

Os recursos efetivamente recebidos pelo RPPS foram aplicados, levando em conta a orientação da Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, e observando os limites da Resolução nº 4.963/2021 e suas alterações.

A Gestão, juntamente com o Comitê de Investimentos, optou por manter uma estratégia de proteção para a carteira de ativos do RPPS. O Trimestre apresentou momentos de grande volatilidade nos investimentos do RPPS, fatores como a inflação global, a China com a política de tolerância zero para COVID, conflito no leste Europeu, entre Rússia e Ucrânia, acabaram projetando uma desaceleração na economia mundial. No cenário doméstico o risco fiscal influenciou o baixo desempenho do mercado, assim como o início das campanhas eleitorais. Dessa forma, continuamos obrigados a tomar uma posição de proteção ainda mais forte para a carteira de ativos do RPPS.

A seguir um breve relato dos principais fatores que interferiram diretamente no mercado, neste 3º Trimestre de 2022:

JULHO

No mês de julho, a curva de juros apresentou alta em relação ao fechamento do mês anterior, mas com certo alívio na última semana e queda mais intensa no primeiro período de agosto. No começo do mês, o movimento de alta foi explicado em parte pela divulgação da inflação ao consumidor nos Estados Unidos acima do esperado e, no Brasil, por um desconforto em relação às políticas públicas de expansão fiscal em ano eleitoral. Já na renda variável o desempenho positivo de julho foi conquistado apenas na segunda quinzena, revertendo a tendência negativa vinda de um desastroso mês de junho que havia apresentado queda. O esfriamento da economia dos Estados Unidos sugeriu aos investidores que a política de elevações agressivas de juros no país pode estar chegando ao limite. Esse contexto beneficia aplicações em renda variável. No cenário externo, houve um grande “rally” nos preços de ativos de maior risco, como bolsas. Esse “rally” decorreu da interpretação do mercado de que o FOMC

passou do seu ponto mais hawkish (elevação de juros) e deve ficar mais dovish daqui para frente. Essa interpretação pode estar errada. A visão mais otimista do mercado se iniciou com a reunião do FOMC na última quarta-feira de julho. Apesar da alta de 75pb na taxa básica de juros, para 2,25% a.a., o mercado interpretou o FOMC como adotando uma postura mais dovish. O comunicado teve poucas alterações, todas ligadas a um maior reconhecimento do enfraquecimento da atividade. Os dados de atividade efetivamente mostraram enfraquecimento em setores importantes. O PIB do 2º trimestre teve queda de -0,9% T/T, sendo o segundo trimestre consecutivo de contração (após -1,6% T/T no1ºtrimestre). Muitos no mercado veem dois trimestres consecutivos de queda no PIB como um sinal inequívoco de recessão. Na Europa a inflação alta levou o Banco Central Europeu a elevar os juros em 0,5%, na primeira alta em mais de 10 anos. Por aqui, o Brasil se mostra à frente da maioria das nações no que tange à política monetária. Nosso ciclo já poderia ter sido encerrado, mas o BCB prefere ser mais conservador e promoveu uma nova elevação de 0,5% na reunião nesse início de agosto. "Gato escaldado tem medo de água fria". Enquanto EUA e Europa estavam há 4 décadas sem experimentar inflação de 2 dígitos, nós ainda temos na memória a hiperinflação dos anos 80 e 90. Vemos uma profunda deterioração por meio da PEC dos benefícios o governo federal decretou um estado de emergência. O que permite o descumprimento da Lei Eleitoral, aumentou o auxílio emergencial para R$600, e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. O PLP-18 reduziu as alíquotas de impostos de entes subnacionais, o que diminui seu resultado primário estrutural. A resultante das duas legislações foi a deterioração da situação brasileira, de modo que um ajuste das contas públicas se faz necessário no próximo mandato. Uma externalidade da sucessão de PECs aprovadas para flexibilização do teto de gastos foi a banalização desse instrumento legislativo, antes visto como algo raro. Essa banalização, e o constante descumprimento de compromissos quando esses se tornam restritivos ao desejo vigente reduziu a credibilidade da sinalização de comprometimento com a sustentabilidade fiscal de médio prazo. Como resultado, vemos o esgotamento da âncora fiscal vigente – o Teto de Gastos. Uma nova âncora será necessária, e avaliamos que será fundamental um choque exógeno para garantir a credibilidade da mesma. Caso contrário, a sua efetividade como âncora das expectativas fica comprometida. Um choque exógeno pode ser a indicação de nomes que tragam credibilidade prévia de compromisso com a sustentabilidade fiscal de médio prazo, e, principalmente, de capacidade de entrega. No que tange a inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice inflacionário brasileiro, fechou o mês de julho

com queda de 0,68%, 4,77% no ano de 2022 e em 10,07% no acumulado dos últimos 12 meses. Já o INPC, que calcula a inflação para famílias de baixa renda e é usado como referência para reajustes salariais e benefícios do INSS, foi de -0,60% em julho, a menor variação registrada desde o início da série histórica, iniciada em abril de 1979. A deflação em julho é explicada principalmente pelo recuo dos preços dos combustíveis e energia. As variações negativas destes itens refletem a queda nos preços praticados nas refinarias da Petrobras e também a redução das alíquotas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) aplicada a partir da Lei Complementar 194/22, sancionada no final de junho. Quanto a renda fixa no mês de julho, podemos começar falando que no mundo o movimento sincronizado de aperto de política monetária continuou em julho, com a adesão do BCE, a despeito das diversas crises que afetam a região (Itália, Gás, Rússia/Ucrânia). O FED manteve o pace de 75bps, pouco usual. Nesse ambiente, os temas Inflação e Recessão continuaram a oscilar, abruptamente. Assim, nos mercados desenvolvidos, observamos recuperação das Bolsas. No Brasil, apesar de números baixos de inflação em razão das "canetadas" já debatidas, o qualitativo de serviços ainda preocupa num momento de atividade ainda forte – e com novo impulso fiscal – o que nos levou a revisar o crescimento de 2022, sem alterar a perspectiva de recessão para 2023. Ainda, com deterioração fiscal e incerteza a frente, o COPOM elevou a Selic para 13,75% e optou por flexibilidade para novos ajustes, ainda que marginais caso ocorram. No mês, de elevada volatidade, vimos ganhos em Bolsa e no Real, enquanto na Renda Fixa perdas importantes na parte IMA-B (prazos longos). Com as projeções inflacionárias o acirramento das incertezas de longo prazo, sobretudo em função do ciclo eleitoral, das questões fiscais e das dúvidas quanto à evolução do cenário externo, com destaque para as questões geopolíticas e à retomada do crescimento nas principais economias do mundo, o mês para os pós fixados foi volátil enquanto, com a chegado do fim do ciclo de alta da taxa de juros, começa a aparecer no radar os ativos prefixados. Já a renda variável, o Ibovespa encerrou o mês com valorização de 4,69%. Os demais índices tiveram as seguintes variações: S&P500; 9,22% (USD), EuroStoxx 7,47% (EUR) e Nikkei 5,34% (JPY). Mesmo com o risco de recessão crescente, os mercados ao redor do mundo performaram positivamente respondendo a desaceleração econômica no mercado americano (o pode levar o FED a reduzir o tamanho de aperto monetário nos juros), arrefecimento das commodities, e a china retirando as restrições da covid. Nos Estados Unidos o destaque ficou com o anúncio do PIB do 2 trimestre que caiu -0,2%, a taxa anualizada de -0,9% entrando em recessão técnica. A retirada dos estímulos fiscais e monetários tem refletido

nos dados econômicos que mostram desaceleração, enquanto os dados de inflação continuam em patamares elevados.

AGOSTO

No mês de agosto, a curva de juros apresentou queda relevante em relação ao fechamento do mês anterior, resultado principalmente dos dados de inflação e queda nos preços internacionais de petróleo, aliada ao corte dos preços de combustíveis no país. A curva dos títulos públicos indexados ao IPCA também apresentou queda, com exceção dos vencimentos curtos, refletindo a deflação esperada no curto prazo. Já a renda variável, o cenário externo foi marcado por uma desvalorização, também como consequência de um discurso mais duro dos Bancos Centrais globais. Já o mercado local acabou se valorizando, beneficiado por dados econômicos positivos e um arrefecimento da inflação. O fato foi que agosto foi um mês marcado pela volatilidade. A principal razão para isso foi a mudança da visão dos mercados financeiros em relação à postura do Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos EUA. Indo para o cenário externo, os preços de energia na Europa têm subido de forma considerável nesse ano, mas no último mês eles bateram novos recordes, chegando a ficar 10 vezes maiores do que três anos atrás. Esses aumentos têm tido repercussões na atividade e na inflação, e podem levar a Zona do Euro a um estagflação, uma combinação de queda de atividade e aumento de inflação. Muitos países da Europa não apenas têm o gás natural como fonte importantíssima da sua matriz energética, como também eram dependentes do fornecimento russo. Depois da invasão da Ucrânia no começo desse ano, esses países anunciaram sanções contra a maior parte da economia russa, mas seguiram comprando gás natural russo, por causa dessa dependência. A inflação norte-americana acumulada em doze meses recuou de 9,1% em junho para 8,5% em julho, abaixo das expectativas de 8,7%. Apesar da aguardada desaceleração, os membros do FOMC não suavizaram seu discurso em prol de uma política monetária restritiva, mas preferiram não explicitar uma preferência sobre o próximo movimento de alta de juros, como costumeiro. As commodities desaceleraram bastante ao longo do mês, o que poderia abrandar o discurso do presidente Jerome Powell no simpósio anual de Jackson Hole, ocorrido no final do mês. Entretanto, Powell foi bastante hawkish (intenção de optar por taxas mais altas) e incisivo na sua fala, tendo inclusive apagado as quedas de juros que, àquela altura, ainda estavam precificadas para 2023. Vindo para o Brasil, a atividade legislativa segue morna, à medida que o cronograma eleitoral avança. Os atos de campanha, as propagandas pagas e o

horário eleitoral gratuito de rádio e televisão tiveram início em agosto, assim como as sabatinas e debates com os candidatos aos cargos de presidente e governador. Quanto ao pleito presidencial, destacamos o enorme volume de pesquisas que têm sido divulgadas. A melhora econômica também é percebida pela contínua robustez no mercado de trabalho. A população desocupada (9,9 milhões) caiu ao menor nível desde o trimestre encerrado em janeiro de 2016, enquanto o contingente de pessoas ocupadas (98,7 milhões) renovou o recorde da série iniciada em 2012, que tinha sido alcançado na divulgação anterior. O resultado do PIB no segundo trimestre do ano também surpreendeu, com alta de 1,2% em relação ao trimestre anterior, que subiu 1,1%, diferentemente do primeiro trimestre, onde serviços e consumo praticamente responderam pelo resultado, no segundo trimestre a alta foi disseminada. Quanto a inflação, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fechou agosto em -0,36%, no segundo mês consecutivo de deflação, conforme divulgado pelo IBGE. Acumula uma alta de 4,39% e, nos últimos 12 meses, de 8,73%, os números continuam acima da meta do Banco Central para a inflação neste ano, de 3,5%. De acordo com o instituto, o grupo de transportes teve o maior impacto sobre o resultado, influenciado principalmente pela queda no preço dos combustíveis (-10,82%). Em agosto, os quatro combustíveis que compõem o índice tiveram retração, gasolina, etanol, óleo diesel e o gás veicular. Os preços das passagens aéreas também caíram no mês (-12,07%), após quatro meses consecutivos de alta, mas a redução pode ser atribuída à sazonalidade. Quanto ao comportamento do mercado podemos resumir que no começo do mês predominava a percepção de que havia ocorrido um pivô dovish (corte nos juros) na última reunião do FOMC (Comitê de Política Monetária do Fed), contudo as falas de membros do FOMC ao longo do mês, em especial de Powell geraram volatilidade. Dados divulgados nos EUA ao longo do mês mostraram um arrefecimento da inflação, na Europa a questão do gás natural, China com dados da atividade abaixo do esperado, com recuperação aquém da projetada em especial no setor de serviços e por aqui o Copom subiu a taxa de juros em 50pb para 13,75% e indicou que apenas um ajuste residual pode vir a ser necessário na próxima reunião. O mercado financeiro leu isso como indicando que o fim do ciclo de aperto monetário ocorreu ou está muito próximo, ocorrendo um rally em diversos ativos. Assim no Brasil, a recuperação do mercado internacional ajudou a performance dos ativos locais, embora de maneira menos intensa e não por todos os segmentos. As dúvidas quanto à situação fiscal futura do país ainda influenciaram os movimentos de mercado, o que fez as taxas de juros das NTN-B subirem, impactando o IMA-B (-0,88%). A expectativa de que o ciclo de alta da Selic está

próximo do fim favoreceu para que as taxas curtas não subissem, enquanto os já altos níveis das longas ajudaram a que se mantivesses estáveis, diante da falta de novidade boas ou ruins (com isso o IRF-M subiu 1,15%). Na Renda Variável, o Ibovespa subiu 4,69% e mesmo tendo apresentado alta em 5 meses do ano, as quedas relevantes de abril e junho ainda fazem que o retorno acumulado no ano permaneça em terreno negativo (-1,58%).

SETEMBRO

Não teve jeito, o aperto monetário nos Estados Unidos e outros países, bem como a ameaça de recessão no mundo desenvolvido, notadamente na Europa, fizeram os mercados de risco sangrarem em setembro e fortaleceram o dólar globalmente - inclusive ante o real. Mas no Brasil, que está numa fase do ciclo um pouco diferente do resto do planeta, a pausa na alta de juros animou ativos que costumam ser sacrificados quando a Selic está subindo, mesmo a um mês de eleições presidenciais superpolarizadas. Nos mercados internacionais, a postura mais dura dos principais bancos centrais mundiais, em meio a uma inflação global persistente, vem aumentando o sentimento de cautela. No mês de setembro, houve uma série de decisões de política monetária por bancos centrais globais, com destaque ao Federal Reserve dos EUA que aumentou mais uma vez as taxas de juros americanas em 0,75 p.p. e indicou que vai continuar apertando a política monetária para trazer a inflação para a meta. O Banco Central Europeu também optou por um aumento mais agressivo de 0,75 p.p., enquanto o Banco da Inglaterra também elevou suas taxas pela 7ª vez consecutiva em 0,50 p.p. Com isso, aumentaram os temores de recessão global, que somados às notícias ruins vindas da China e da crise energética na Europa, fizeram aumentar bastante o sentimento de aversão ao risco dos mercados, fazendo os principais índices de ações globais voltarem a cair fortemente em setembro. O Reino Unido ilustra bem a complexidade do cenário atual. A inflação média do país passou de 1,8% em 2019, para 9,9% no acumulado em 12 meses até agosto. A taxa de juros, que era de 0,75% no prépandemia, foi elevada para 2,25% em setembro, em um ciclo que ainda deve estender-se. Por outro lado, indicadores de atividade sinalizam que o país já pode estar em recessão. Como proposta para impulsionar a economia, o governo da recém-empossada primeira-ministra Liz Trus anunciou o maior corte de impostos do país desde 1972, além de subsídios às contas de energia pelos próximos dois anos. Os preços da energia na Europa começaram a subir com a normalização do pós-pandemia e dispararam na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. O custo da energia para as famílias subiria 80% na ausência de

medidas, e impactaram o mercado de maneira moderada. Mas os efeitos das desonerações fiscais foram significativos. A libra alcançou o menor valor em 37 anos. A dependência do gás russo alcança grande parte da Europa, estendendo o dilema por toda a região. O Banco Central Europeu promoveu um aumento de 75 bps na taxa de juros e novos aumentos seguem dependentes dos próximos dados de inflação, mas não são aguardadas boas notícias sem uma definição da guerra contra a Ucrânia. Nos Estados Unidos, a inflação acumulada em doze meses recuou de 8,5% para 8,3%, menos do que o esperado pelo mercado (8,1%), e o mercado de trabalho segue bastante forte. Entretanto, o Federal Reserve dispõe dos instrumentos necessários para desaquecer a economia e conter a inflação, e tem mantido o discurso firme, a despeito dos riscos de recessão. A China continua tendo desempenho econômico abaixo do esperado, seja pelas iniciativas de covid zero e lockdowns, como pelo mercado imobiliário emperrado e políticas econômicas bastante intervencionistas em diversos setores tidos com estratégicos. Em contrapartida, a Índia tem liderado o crescimento econômico, com expectativa de elevação do PIB próxima a 5%. No Brasil, apesar da dominância do tema da eleição e por mais polarizadas que possam estar as discussões políticas e as trocas de mensagens nas redes sociais, os mercados financeiros têm se comportado bem e na medida do possível, distanciado das fortes realizações dos mercados desenvolvidos. Seja por motivos bastante abordados como o aperto monetário que se iniciou bem anteriormente dos demais países, seja porque os nossos ativos já se encontravam bem mais desvalorizados com as quedas do segundo semestre do ano passado. Por aqui, o CDI encontra-se em patamar muito alto, com retorno próximo de 1,1% ao mês, fazendo a alegria, enquanto os ativos de risco também tiveram, em geral, um bom rendimento mês contra mês, mas não sem volatilidade. Como não poderíamos deixar de abordar, o resultado do primeiro turno das eleições trouxe um otimismo para os mercados, seja pela percepção de que, para manter a liderança no segundo turno, Lula teria que fazer uma migração mais ao centro e ter mais responsabilidade fiscal, seja porque o resultado mais apertado aumentou a chance percebida de reeleição do Presidente Bolsonaro em 30 de outubro. O primeiro turno trouxe uma visão que teremos um Senado e Câmara de Deputados mais conservadores, o que melhora a percepção de que propostas radicais de mudanças de reformas já conquistadas não seriam bem-vindas ou mesmo aprovadas. O maior perdedor no primeiro turno das eleições foi, na verdade, os institutos de pesquisas que tiveram erros significativos de diagnósticos, mais evidente nas pesquisas para governador do Estado e senador. Para recuperar a credibilidade, com certeza, precisariam rever suas metodologias. Quanto ao comportamento

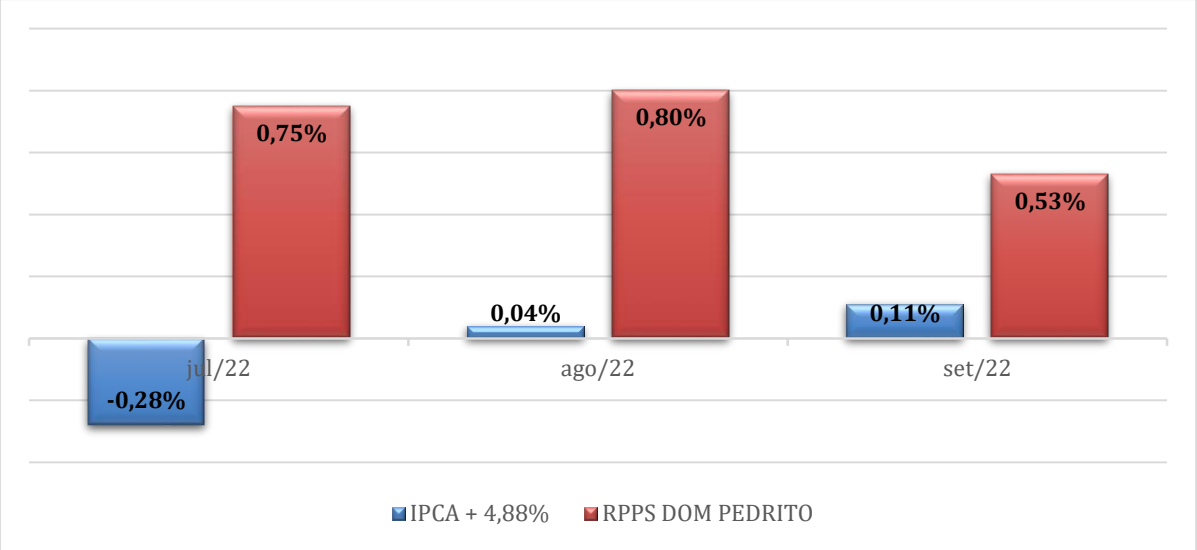
da renda variável, apesar de um cenário mais adverso no plano internacional, o mês de setembro foi marcado por relativa estabilidade no mercado local. O índice Ibovespa teve uma valorização de 0,47%, acumulando uma alta de 4,97% no ano. No mesmo dia em que o Fed aumentou juros nos Estados Unidos, o nosso Banco Central anunciou uma parada no ciclo de alta da Selic, com os primeiros sinais de arrefecimento da inflação, anunciando que agora os juros devem permanecer estacionados no elevado patamar de 13,75% por algum tempo. E em linha com isto, a renda fixa, tendo as expectativas de que o ciclo de alta da Selic tenha chegado ao seu fim, fomentou a rentabilidade no mercado de renda fixa, com os títulos marcados a mercado registrando ganhos em setembro. Não podendo deixar de falar da inflação por aqui, o Brasil registrou deflação pelo terceiro mês consecutivo, algo que não era visto no país havia 24 anos. Em setembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em -0,29%, mais uma vez, a redução no preço dos combustíveis, sobretudo da gasolina, foi o que mais contribuiu para a redução de preços no país. No ano, o índice de inflação oficial do país acumula alta de 4,09%, e nos últimos 12 meses, de 7,17%. Já o INPC teve redução de 0,32% em setembro, acumulando uma elevação de 4,32% no ano e de 7,19% nos últimos 12 meses.

Fonte: Referência Gestão e Risco

A Meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos para 2022 é de IPCA + 4,88%. Os rendimentos no 3º Trimestre, apresentaram desempenho acima da Meta Atuarial para o período.

No GRÁFICO 1, pode-se observar o desempenho isoladamente dos meses de julho, agosto e setembro, assim como o comportamento da meta para estes meses.

GRÁFICO 1 – Rentabilidade X Meta Atuarial 3º Trimestre 2022



No Gráfico acima pode-se observar o desempenho mediano da Carteira de Ativos do RPPS frente a Meta Atuarial, fazendo com que o RPPS, que acumula no ano 6,06% (R$ 9.853.889,67), atingindo 77,03% da Meta Atuarial, que acumula até 3º trimestre 7,88%.

QUADRO 1 – Rentabilidade Acumulada no 3º Trimestre de 2022.

Fundo de investimento	Rendimentos R$	% Rentab. Ano	% Meta de 2022
BANRISUL ABSOLUTO FI RF LP	R$ 1.136.603,96	9,03%	**114,67%**
BANRISUL DIVIDENDOS FI AÇÕES	R$ 77.339,53	6,59%	**83,65%**
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RF	R$ 724.031,59	6,79%	**86,16%**
BANRISUL FOCO IMA G FI RF LP	R$ 132.589,14	7,45%	**94,55%**
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RF	R$ 7.783,71	8,42%	**106,84%**
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL III FI RF REFERENCIADO IMA-B LP	R$ 342.232,78	5,77%	**73,22%**
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	R$ -112.947,38	-20,16%	**-255,90%**
BB AÇÕES BOLSAS EUROPEIAS ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	R$ -261.228,56	-25,52%	**-324,05%**
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	R$ -224.650,01	-20,44%	**-259,46%**
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	R$ -31.836,14	-1,51%	**-19,19%**
BB AGRO FIC AÇÕES	R$ -6.971,12	-1,42%	**-18,01%**
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 566.137,20	6,69%	**84,97%**
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 529.216,29	7,50%	**95,25%**
BB CONSUMO FIC AÇÕES	R$ -87.441,07	-14,40%	**-182,78%**
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	R$ 36.342,84	3,58%	**45,51%**
BB IDKA 2 TPFI RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 625.149,02	6,74%	**85,53%**
BB IMA-B 5 FIC RF PREVIDENCIÁRIO LP	R$ 408.586,71	6,90%	**87,63%**
BB IPCA III FI RF PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	R$ 331.410,46	6,72%	**85,27%**
BB IRF-M 1 TPFIC RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 66.767,36	8,39%	**106,46%**

BB PERFIL FIC RF REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R$ 888.697,60	9,08%	**115,25%**
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R$ -111.941,07	-21,11%	**-268,02%**
BB TPXXI FI RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 56.465,53	5,67%	**72,04%**
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RF LP	R$ 464.839,59	8,63%	**109,59%**
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	R$ 14.104,24	7,61%	**96,61%**
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES	R$ 27.813,43	5,17%	**65,65%**
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	R$ 576.844,73	8,29%	**105,24%**
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TPFI RF LP	R$ 419.421,54	6,53%	**82,86%**
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TPFI RF LP	R$ 1.169.490,51	7,04%	**89,37%**
CAIXA BRASIL IMA-B TPFI RF LP	R$ 148.609,75	6,09%	**77,28%**
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RF CRÉDITO PRIVADO	R$ 120.363,85	7,80%	**99,04%**
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TPFI RF	R$ 80.763,57	8,39%	**106,48%**
CAIXA BRASIL IRF-M TPFI RF LP	R$ 3.382,32	6,84%	**86,88%**
CAIXA BRASIL TPFI RF LP	R$ 970.968,52	9,03%	**114,61%**
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MM	R$ 72.062,91	7,81%	**99,20%**
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	R$ 113.175,62	9,36%	**118,81%**
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R$ -429.129,39	-30,97%	**-393,16%**
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MM LP	R$ 278.218,72	10,25%	**130,10%**
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	R$ 171.750,64	5,24%	**66,58%**
ISHARES S&P 500 (IVVB11)	R$ -116.047,26	-26,64%	**-338,21%**
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MM LP	R$ -217.532,93	-19,63%	**-249,20%**
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RF LP	R$ 70.802,24	7,37%	**93,51%**
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RF	R$ 366.387,39	8,89%	**112,82%**
SICREDI TAXA SELIC FIC RF LP	R$ 277.285,37	8,84%	**112,21%**
CAIXA BRASIL 2023 TPFI RF	R$ 59.893,60	3,02%	**38,33%**
CAIXA BRASIL 2024 IV TPFI RF	R$ 54.746,68	0,44%	**5,58%**
BB TPIPCA FI RF PREVIDENCIÁRIO	R$ 31.151,10	7,15%	**90,73%**
BANRISUL RPPS FI RF	R$ 9.760,00	0,49%	**6,20%**
BB ATIVA PLUS FIC RF LP	R$ 87.462,97	6,71%	**85,14%**
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES V FIC MM LP	R$ -65.083,82	-3,08%	**-39,12%**
RENTABILIDADE ACUMULADA:	**R$ 9.853.889,67**		

No QUADRO 2, constam informações referente ao risco em percentuais, referente ao mês de setembro assim como o saldo atual das aplicações.

QUADRO 2 – CARTEIRA DE ATIVOS DO RPPS – RELATÓRIO DE RISCOS 3º TRIMESTRE 2022.

FUNDO DE INVESTIMENTO	**VAR(95%)**		
	MÊS	**ANO**	**SALDO**
BANRISUL ABSOLUTO FI RF LP	0,01%	0,05%	15.849.806,30
BANRISUL DIVIDENDOS FI AÇÕES	8,40%	7,09%	1.251.114,84
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RF	1,30%	1,26%	8.528.650,62
BANRISUL FOCO IMA G FI RF LP	1,14%	1,10%	1.912.903,16
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RF	0,13%	0,25%	100.274,43

BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL III FI RF REFERENCIADO IMA-B LP	2,46%	2,38%	6.436.551,78
BANRISUL RPPS FI RF	1,46%	1,48%	2.009.760,00
BANRISUL SOBERANO FI RF SIMPLES LP	0,01%	0,05%	0,00
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	11,08%	11,19%	0,00
BB AÇÕES BOLSAS EUROPEIAS ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	12,27%	11,65%	762.250,60
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	10,57%	10,43%	874.626,57
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	10,89%	8,64%	2.073.931,32
BB AGRO FIC AÇÕES	7,54%	7,45%	484.420,14
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RF PREVIDENCIÁRIO	1,13%	1,05%	6.115.590,88
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVIDENCIÁRIO	1,12%	0,85%	5.577.341,22
BB ATIVA PLUS FIC RF LP	0,34%	0,74%	4.087.462,97
BB CONSUMO FIC AÇÕES	11,47%	12,19%	519.940,92
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	11,04%	9,27%	1.050.243,43
BB IDKA 2 TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	1,42%	1,31%	7.083.776,09
BB IMA-B 5 FIC RF PREVIDENCIÁRIO LP	1,27%	1,19%	6.327.996,68
BB IPCA III FI RF PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	1,29%	1,37%	5.266.033,54
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVIDENCIÁRIO	0,13%	0,25%	862.993,02
BB IRF-M TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	1,56%	1,56%	0,00
BB PERFIL FIC RF REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,02%	0,04%	16.110.629,70
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	8,82%	12,71%	418.309,73
BB TP IPCA FI RF PREVIDENCIÁRIO	0,75%	0,97%	1.974.463,78
BB TP XXI FI RF PREVIDENCIÁRIO	1,46%	1,43%	999.292,62
CAIXA BRASIL 2023 TP FI RF	0,75%	35,65%	1.025.535,79
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI RF	1,46%	2,62%	1.023.319,56
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RF LP	1,00%	0,90%	5.850.031,30
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	0,00%	0,04%	10.765,62
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES	11,01%	9,11%	565.672,60
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	0,79%	0,85%	6.308.212,20
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RF LP	1,50%	1,34%	5.878.649,62
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	1,26%	1,18%	15.528.531,36
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF LP	2,47%	2,38%	2.590.209,15
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RF CRÉDITO PRIVADO	1,11%	1,04%	1.663.321,04
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	0,13%	0,25%	1.043.732,61
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF LP	1,56%	1,56%	0,00
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,02%	0,05%	14.972.319,42
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MM	1,58%	5,90%	1.072.062,91
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES V FIC MM LP	1,45%	6,09%	1.934.916,18
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	11,13%	8,77%	1.322.517,79
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	9,55%	11,34%	956.615,11
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MM LP	0,14%	0,25%	2.993.354,79
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	11,17%	9,12%	1.902.600,00
ISHARES S&P 500 (IVVB11)	10,40%	12,28%	656.400,60
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MM LP	11,70%	11,30%	890.737,66
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RF	0,12%	0,21%	0,00
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RF LP	1,62%	1,63%	1.032.119,41
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RF	0,00%	0,04%	4.509.624,73
SICREDI TAXA SELIC FIC RF LP	0,01%	0,04%	3.414.536,67
		Total:	**173.824.150,43**

O patrimônio do RPPS fechou o Trimestre em **R$ 173.824.150,43** (saldo em 30/09/2022).

Importante destacar que as decisões são tomadas sempre em conjunto com o Comitê de Investimentos, o qual é composto por três servidores, certificados, que se reúnem

semanalmente, onde são discutidos assuntos pertinentes aos investimentos, momento também que são analisados produtos ofertados pelas instituições financeiras, além do Relatório Focus, e as orientações/sugestões da empresa de Consultoria contratada.

Sendo assim, a estratégia adotada para o trimestre, seguiu o que está definido na Política de Investimento para 2022, o fato de um desempenho abaixo do esperado, não indica uma má gestão, pois todos os cuidados em relação a exposição ao risco foram tomados, tal desempenho, nada mais é do reflexo de mercado, em um cenário de grande volatilidade em um trimestre que teve o desempenho fortemente influenciado pelo cenário externo, assim como o doméstico que trouxe preocupações em relação ao risco fiscal.

É o relatório.

Dom Pedrito, 26 de outubro de 2022.

Luciano Deiques Minozzo
Gestor Financeiro do RPPS